



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [IMPACTO DO NOVO ICMS – O Popular](#)
- [ACÕES PREVENTIVAS CONTRA O AEDES – O Popular](#)
- [BOA ARRECADAÇÃO NÃO AUTORIZA MAIS GASTOS - Folha de São Paulo](#)
- [FACCÕES SEM FRONTEIRAS - Folha de São Paulo](#)
- [PROTOCOLO NEGRO - Folha de São Paulo](#)
- [LULA 3 REPETE ERROS NAS RELAÇÕES COM AS FORÇAS ARMADAS - Folha de São Paulo](#)
- [BOLSONARO REÚNE MILHARES NA PAULISTA, NEGA TRAMA GOLPISTA E PEDE ANISTIA E PACIFICAÇÃO - Folha de São Paulo](#)
- [GOVERNO PLANEJA LIBERAR FGTS FUTURO PARA COMPRA DA CASA PRÓPRIA – O Hoje](#)
- [ALIADOS MODERAM DISCURSOS, MAS MALAFAIA ATACA O STF – Correio Braziliense](#)
- [DESIGUALDADE É TEMA DE DEBATE NO G20 – Correio Braziliense](#)
- [EM VEZ DE PRISÃO, ACOLHIMENTO – Correio Braziliense](#)
- [BOLSONARISMO: FORTE NO ZAP E NAS RUAS, FRACO NO CONGRESSO – Valor Econômico](#)
- [VOLUME DE PROCESSOS POR ‘ERRO MÉDICO’ CRESCE NO JUDICIÁRIO – Valor Econômico](#)
- [LIMINAR LIVRA PERNAMBUCANAS DE LIMITE EM COMPENSAÇÕES – Valor Econômico](#)
- [CLÁUSULA DE CHANGE IN LAW EM CONTRATO DE INFRAESTRUTURA – Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 26.02.2024 – PÁG. 03

Impacto do novo ICMS

Geovar Pereira



Aprensão é a palavra que define o dia a dia dos empresários do setor de comércio e serviços desde dezembro, mês em que foi anunciado o aumento da alíquota do ICMS em Goiás. De lá pra cá, a maior preocupação daqueles que estão na linha de frente das empresas é calcular os impactos deste acréscimo, que passará de 17% para 19%. Apesar de 2% parecer pouco, o percentual será responsável por um significativo aumento da carga tributária.

Além de colocar à prova o crescimento da economia local, a medida pode assinar o atestado de óbito de muitos negócios, principalmente os que se enquadram no Simples Nacional e que, em sua maioria, estão iniciando as operações e não têm condições de arcar com essa alíquota. Na outra ponta, o consumidor será penalizado. Por adquirir em larga escala produtos ofertados pela indústria, o varejo não terá outra opção a não ser repassar aos clientes essa conta.

E erra quem pensa que o impacto será apenas econômico. Com a redução da capacidade de investimento em expansão, inovação e contratação de novos funcionários, as demissões entram no radar como opção disponível perante a realidade que se abate sobre o setor produtivo. O resultado? Menos vagas de emprego, aumento da

inadimplência, queda no consumo, desaquecimento no comércio e baixa na arrecadação de impostos. E o governo sabe bem que essa dinâmica é real.

Como entidade representativa do varejo goianiense, a CDL Goiânia recebe diariamente questionamentos de lojistas preocupados com estes e outros desdobramentos oriundos do novo percentual do ICMS. Juntamente com outras instituições que buscam transformar o ambiente de negócios na capital, fica claro que o momento não é favorável para o acréscimo e que a justificativa de recompor a tributação estadual em curto prazo para minimizar as possíveis perdas de arrecadação com o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) não é válida, conforme nota publicada no fim do ano passado pelo Ministério da Economia. O texto esclareceu que a reforma tributária não pode ser responsabilizada pelo aumento do ICMS, já que as Unidades da Federação terão liberdade para fixar a alíquota do IBS.

Ações preventivas contra o Aedes

Pedro Moraes

As ações da Prefeitura de Goiânia, que contam com a adesão da sociedade civil, em programas e campanhas que focam na proteção à saúde e ao bem-estar da população, sempre alcançam êxito, atingindo seus objetivos. Nesse sentido, a Prefeitura de Goiânia entende que não pode prescindir da participação dos munícipes em campanhas como a lançada pelo prefeito Rogério Cruz, de formação de uma força-tarefa de combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya.

O chamamento feito pelo chefe do Executivo municipal é mais um alerta para que os goianienses se engajem na campanha, diante do aumento de casos das doenças em todo o País e também em Goiânia. De sua parte, a Prefeitura lançou o aplicativo Goiânia contra o Aedes, que permite às pessoas encaminharem denúncias para a Vigilância Epidemiológica, por meio de filmagem ou fotografia de locais onde o mosquito prolifera. Quem fizer uso do aplicativo não precisa se identificar. Basta enviar as informações ao órgão de Vigilância Epidemiológica, após baixar o aplicativo na loja do seu celular (Google Play ou App Store).



As medidas preventivas e de reforço da Prefeitura de Goiânia para enfrentar o mosquito *Aedes Aegypti* também englobam a expansão do atendimento de pacientes com sintomas da doença para as 75 unidades de atenção primária da cidade. Já a Vigilância em Zoonoses destacou 40 Agentes Comunitários de Endemias (ACEs) para integrar uma força-tarefa na Região Norte, iniciada na última terça-feira (20), atingindo 46 bairros e realizando 3.529 visitas domiciliares e recolhendo 2.500 pneus em apenas dois dias de atividades.

Além deste esforço, que seguiu na Região Norte até o último domingo (25), equipes de ACEs estão realizando visitas em todos os distritos sanitários. Há que se destacar, ainda, a iniciativa da Prefeitura de instalação de armadilhas para controle do mosquito, que já se mostraram eficientes na captação do *Aedes aegypti* e na consequente redução dos casos de dengue.

A gestão municipal já implantou mais de três mil armadilhas, que apresentaram uma redução de quase 50% de casos confirmados de dengue nos bairros em que foram instaladas. Agora, trabalha para chegar a 11 mil armadilhas em toda a cidade, alcançando ainda mais bairros da capital.

Ao mesmo tempo em que visitam casas e lotes baldios, os agentes em endemias repassam informações importantes aos moradores sobre a necessidade de cuidar de seus quintais, retirando objetos que possam acumular água. Também é importante destacar a contratação, pela Secretaria Municipal de Saúde, de 60 médicos para reforçar as equipes nas unidades de saúde.

Com as ações de enfrentamento, o objetivo do poder municipal é não dar trégua ao *Aedes aegypti*, daí o convite à população para participar dessa guerra contra o mosquito. O poder municipal tem a certeza de que

a união entre a Prefeitura e a população é a fórmula certa para superar este momento, evitar os casos de dengue, zika e chikungunya e salvar vidas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2024 – PÁG. A2

Boa arrecadação não autoriza mais gastos

Alta na coleta não pode respaldar aumento de despesas, que coloca em risco as contas públicas e o desenvolvimento do país

A combinação de resistência da atividade econômica com medidas para ampliar a arrecadação aprovadas no ano passado gerou alta importante das receitas em janeiro. Mas é preciso cuidado para que esse crescimento não sirva de artifício para a ganância do governo. No mês, a soma de impostos, contribuições e outras receitas chegou a R\$ 280,6 bilhões, um aumento de 6,7% (acima da inflação) ante o mesmo período de 2023, melhor resultado da série histórica.



Descontado o impacto de receitas não recorrentes, a alta teria sido de quase 5%, resultado que dá ao governo maior margem de manobra na gestão do Orçamento de 2024. Isso porque a maior coleta reduz a necessidade de contingenciamento para atingir a meta, fixada em lei, de zerar o déficit nas contas públicas neste ano.

Recorde-se que a ameaça de restrição de gastos provocou reação negativa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no final do ano passado. O presidente disse que não aceitaria cortes no Orçamento, o que na prática implicaria revisão para pior da meta e, com isso, crescimento mais acelerado da dívida pública. Com maior arrecadação, essa perspectiva fica adiada e já não se descarta que eventual contingenciamento e revisão de meta sejam definidos mais adiante, não antes da segunda revisão orçamentária que ocorrerá em maio.

Contudo o montante coletado não deve dar margem a complacência. Parte considerável do bom desempenho das receitas não é recorrente. A tributação do estoque de fundos de investimentos e ativos no exterior de contribuintes de alta renda, por exemplo, terá impacto maior apenas neste ano. Acertos de dívidas de empresas no Carf, segundo o novo sistema de análise que restaura o voto de desempate para o governo, também são pontuais, e uma gestão prudente não pode contar com tal rubrica de forma permanente.

Enquanto isso, os gastos continuam a crescer. O governo resiste a qualquer debate ou iniciativa mais ampla de revisão de programas ineficientes e ainda trabalha para ampliar despesas obrigatórias. Não é realista, no quadro atual, contar com os superávits indicados no marco fiscal aprovado no ano passado —0,5% e 1% do PIB em 2025 e 2026, respectivamente.

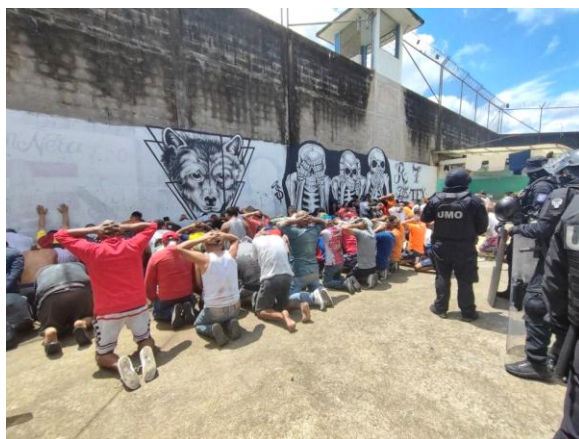
Em suma, mesmo com resultados auspiciosos recentes, a situação das contas públicas é temerária e tende a piorar se o desempenho da economia fraquejar —menos impostos e maior ansiedade de Lula e do PT com a aproximação do período eleitoral formariam uma combinação perigosa. O governo precisa reduzir as despesas, o quanto antes.

Facções sem fronteiras

Urge ação regional para conter o crime organizado nas prisões da América Latina

Entre 2010 e 2020, a população carcerária na América Latina aumentou 76%. Mas a mera prisão de líderes de facções não é suficiente para conter o crime organizado. Presídios tornaram-se tanto refúgio para gangues, que conseguem controlar seus negócios ilegais a distância, quanto centro de recrutamento de novos membros. Presos são obrigados a fazer parte de uma facção para sobreviver à violência e a condições de vida sub-humanas no cárcere.

O caso mais recente e dramático é o do Equador. O país vive o acirramento da crise de segurança pública depois que Adolfo Macías, líder do grupo Los Choneros, fugiu da prisão no início de janeiro. O episódio escancarou as teias de controle do sistema penitenciário pelo crime organizado e suas relações com o próprio Estado.



O fenômeno não se restringe ao Equador. No México, especialistas apontam que mais da metade das 285 penitenciárias do país são controladas por facções criminosas. Dados do Ministério da Justiça brasileiro obtidos pela Folha mostram o avanço do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) em prisões de quase todos os estados do país.

O Paraguai, que em 2021 não estava entre os 15 primeiros países no Índice Global de Crime Organizado, passou a ocupar a 4ª posição em 2023 com a presença do PCC. O crime organizado é uma atividade cada vez mais transnacional. O narcotráfico no Equador, por exemplo, é ligado a cartéis mexicanos, colombianos e dos Balcãs.

A desarticulação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) fez com que grupos dissidentes se espalhassem por outros países, como Venezuela e Brasil, e diversificassem seus negócios com investimentos no garimpo ilegal, o que tem levado ao aumento da violência na região amazônica. A coordenação regional de esforços é, portanto, fundamental. Só prender facções tem sido inócuo. É preciso compartilhar inteligência policial, combater as relações entre Estado e crime organizado, dismantlar mercados ilegais e, para evitar novos recrutamentos, reduzir o encarceramento de presos de menor periculosidade.

Protocolo negro

Falta o quê para o Brasil reconhecer o racismo e os racistas?

Ana Cristina Rosa

Quem é negro costuma cumprir um protocolo ao colocar o pé na rua. Inclui jamais sair sem um documento; não ir ao supermercado com bolsa grande; carregar a nota fiscal das compras; não correr; não fazer movimentos bruscos; e não confrontar um agente policial.



Se acha que é exagero, provavelmente não é negro. Esses são apenas alguns itens que integram o checklist dos que tentam se proteger minimamente do racismo à brasileira. Ignorar esse rito implica ficar ainda mais vulnerável aos efeitos do aparente "defeito de cor". Porque para parcela significativa da sociedade brasileira parece que pretos e pardos não têm o direito a se defender ou reivindicar proteção do Estado.

Foi assim com o motoboy Everton da Silva (preto), que acabou indiciado por "desobediência" depois de ser atacado com uma arma branca (canivete) por Sérgio Camargo Kupstaitis (branco) na capital gaúcha. Mesmo sendo a vítima, Everton foi abordado com truculência, jogado contra a parede, algemado e colocado atrás de um camburão pela Brigada Militar —que ironicamente foi ele quem acionou. Enquanto isso, o agressor batia papo com os brigadianos, entrava em casa para se vestir e era gentilmente acomodado no banco do carona da viatura.

Mas, segundo o governador do RS, "não podemos reagir de forma precipitada e de preconceito com a polícia". E a sindicância da BM concluiu que não houve agressão nem racismo na abordagem. "Nunca podemos permitir que fatos isolados possam manchar a imagem das instituições", disse o secretário de Segurança Pública do estado.

Nesse cenário, só estando muito descolado da realidade para reclamar da escola de samba Vai-Vai (SP) por retratar como infernal o tratamento dado pela polícia aos negros. Nenhuma alegoria de Carnaval se compara à gravidade do racismo institucional normalizado neste país. A premissa para resolver um problema é admitir que ele existe. Falta o quê para o Brasil reconhecer o racismo e os racistas?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2024 – PÁG. A3

Lula 3 repete erros nas relações com as Forças Armadas

Lucas Pereira Rezende / Conrado Hübner Mendes / João Carlos Amoroso Botelho

O ano de 2023 inaugurou um governo do qual se esperava mudanças significativas em várias áreas de políticas públicas, entre elas as de defesa e segurança. Logo nos primeiros dias de janeiro, uma insurreição da turba bolsonarista, com o estímulo e a cumplicidade das Forças Armadas (FA), criou oportunidade histórica para que, enfim, seus privilégios como corporação e sua sanha de se arvorar como poder moderador e árbitro da política nacional fossem questionados e revertidos. Afinal, a condenação da sociedade à tentativa de golpe, da qual militares da ativa e da reserva haviam sido copartícipes, foi generalizada.

Porém, o que se viu no primeiro ano do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva para as áreas de defesa e segurança foi bem diferente das expectativas. Os erros começaram na escolha de José Múcio para embaixador dos militares no governo, em vez de um ministro civil da Defesa. A cada iniciativa com potencial de contrariar as FA, a proposta é submetida ao seu embaixador, que a torna aceitável para os militares. Na prática, isso significa transformar a iniciativa em algo inócuo ou adiado indefinidamente.



São vários os exemplos, como a tentativa de alterar o artigo 142 da Constituição, privando as FA do argumento falso de que são poder moderador, que se converteria em uma proposta inócua sobre a presença de militares na política; a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que tem sido adiada de forma recorrente; e as investigações sobre a tentativa de golpe em 8 janeiro de 2023, que, a cada nova revelação, são blindadas pela retórica de que ajudam a individualizar condutas e isentar a instituição.

Na segurança pública, diante de nova crise no setor em razão de ataques milicianos no Rio de Janeiro depois da morte de um líder em operação policial, recorreu-se mais uma vez a um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para que as FA possam reforçar a fiscalização de portos e aeroportos no próprio estado e em São Paulo. Foi uma solução intermediária para evitar outro decreto de GLO que interviesse na segurança do Rio de Janeiro, como o do governo Michel Temer, que deixou um saldo de denúncias contra militares por violações de direitos humanos e corrupção. Por outro lado, a repetição da decretação de GLO continua cedendo poder e tarefas às FA que não lhe são devidas.

A prática da conciliação, tão cara aos ministros da Defesa indicados pelos governos petistas, é outro erro repetido no terceiro mandato de Lula. A busca constante por apaziguar as FA, como na preservação da anistia às violações praticadas por agentes da ditadura militar e na introdução do artigo 142 na Constituição de 1988, nos trouxe até o cenário atual, em que crimes cometidos por militares durante o governo Bolsonaro e no 8 de janeiro de 2023 seguem até agora sem as punições juridicamente merecidas.

O temor no governo Lula 3 em contrariar as FA é exagerado e desnecessário. O que mais se teme é, claro, um golpe militar. O cenário para isso foi sendo construído entre o fim de 2022 e o início de 2023. Porém, a cúpula das FA se dividiu em aderir à movimentação e acabou optando por se omitir diante do que se passava, o que tem sido desvendado pela Polícia Federal. Afinal, os militares sabem que não há clima interno e externo no mundo de hoje para um golpe ao estilo do passado em um país como o Brasil.

Na verdade, o mais danoso para a democracia brasileira é a sombra permanente desse risco e a oportunidade que dá para as FA continuarem extraindo concessões e pairando por sobre a sociedade brasileira. A punição dos militares envolvidos nas tentativas de ruptura da ordem democrática é uma tarefa fundamental e nada tem de revanchismo, como sugere o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). Tratar a participação desses militares como caso isolado é uma forma de esconder o fato de que as FA ainda são um terreno fértil para o autoritarismo, desde o ensino que oferecem às práticas difundidas no seu seio, como ilustram as investigações da PF.

Mais uma vez, vai passando a hora de enfrentarmos, como sociedade, o desafio de transformar as Forças Armadas do Brasil em uma instituição subordinada ao poder civil, não o contrário.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2024 – PÁG. A4

Bolsonaro reúne milhares na Paulista, nega trama golpista e pede anistia e pacificação

Ex-presidente critica penas pelos ataques de 8/1 e aponta 'abuso' de alguns mas sem citar o STF neste momento

Ana Luiza Albuquerque / Artur Rodrigues / Fábio Zanini



Acuado diante de investigações em torno de uma trama golpista, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reuniu milhares de apoiadores neste domingo (25) na avenida Paulista, em São Paulo, e fez um discurso no qual maneirou a conhecida agressividade contra o STF (Supremo Tribunal Federal), disse buscar a pacificação do país e pediu anistia aos presos pelo ataque golpista de 8 de janeiro de 2023.

Ao longo de sua fala, toda de improviso, o ex-presidente também reclamou do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) por estar inelegível, criticou o STF pelas penas impostas aos que participaram dos ataques de 8 de janeiro, agradeceu aos presentes, lembrou da facada que sofreu e fez um balanço de seu governo. Bolsonaro também reclamou do "abuso por parte de alguns que trazem a insegurança para todos nós".



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O ex-presidente fez ataques ao presidente Lula (PT), sem citar o petista, disse que tem levado "pancadas" e falou em "perseguição" imposta contra ele, especialmente após ter deixado a Presidência. Neste momento, criticou a imprensa em geral e disse que jamais participou de uma trama golpista em 2022. "O que é golpe? É tanque na rua, é arma, conspiração. Nada disso foi feito no Brasil", disse. "Agora o golpe é porque tem uma minuta do decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenha paciência", disse o ex-presidente, ao admitir a existência de um texto nessa linha.

A investigação da Polícia Federal que mira Bolsonaro tem como uma de suas bases mensagens e delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro na Presidência da República. Outros elementos ainda em fase de investigação são a reunião de teor golpista na qual, em julho de 2022, o então presidente sugere formas para atacar o sistema eleitoral e, já após a eleição, o papel dele na elaboração de uma suposta minuta de decreto na qual seria fundamentado o golpe de Estado. Fora esses pontos que vieram à tona em recente operação da PF, Bolsonaro coleciona uma série de evidências anteriores de tom golpista.

O ex-presidente já foi condenado pelo TSE por ataques e mentiras sobre o sistema eleitoral, por exemplo, e é alvo de diferentes outras investigações no STF. Neste momento, ele está inelegível ao menos até 2030. O ato deste domingo na Paulista atraiu milhares de pessoas. Não houve estimativa oficial de público pela Polícia Militar de São Paulo. Ao menos quatro quarteirões da Paulista ficaram superlotados. Havia bolsonaristas, mais espalhados, em cerca de um total de dez quarteirões da avenida.

Bolsonaro, protegido por um colete à prova de balas e de escudos posicionados por seus seguranças, fez a sua declaração ao público em cima de um trio elétrico ao lado de aliados como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que busca o apoio do ex-presidente para as eleições deste ano. Também estiveram no ato os governadores Romeu Zema (Minas Gerais), Jorginho Mello (Santa Catarina) e Ronaldo Caiado (Goiás) — todos aliados que disputam o espólio eleitoral de Bolsonaro.

Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL e também alvo da PF sobre a trama golpista, esteve horas antes na Paulista e fez apenas uma rápida saudação ao público. Segundo decisão do STF, ele e Bolsonaro não podem conversar durante as investigações. Coube a Malafaia o discurso mais duro da tarde. Ele fez críticas ao STF, ao TSE e à atuação do ministro Alexandre de Moraes durante as eleições de 2022, além de ter feito insinuações sem provas sobre um suposto papel do presidente Lula no ataque de 8 de janeiro, organizado por bolsonaristas em 2023.

Malafaia foi o principal organizador do ato. Ele não é investigado pela PF em torno da trama golpista. Tanto que ao final de sua fala fez uma provocação ao STF e disse não ter medo de ser preso. O ato foi aberto com uma oração feita pela primeira-dama Michelle Bolsonaro. Entre os que também discursaram, estiveram o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o senador Magno Malta (PL-ES) e os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Gustavo Gayer (PL-GO). O prefeito Ricardo Nunes (MDB), candidato à reeleição em São Paulo, não discursou e ficou em uma posição discreta no carro de som.

Michelle foi a primeira a discursar. Ela chorou no início de sua fala, falou em sofrimento dos aliados de Bolsonaro e chamou a todos de "povo de bem". Disse ainda que sua fé tem sido renovada diante do que chama de "injustiças" contra o seu marido. Durante a manifestação, as bandeiras de Israel foram



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

onipresentes. Item obrigatório entre os camelôs, a bandeira do país foi escolhida pelo ex-presidente no primeiro aceno ao público em cima do trio elétrico. O ato deste domingo teve como objetivo demonstrar força política de Bolsonaro e pressionar o STF, que tem autorizado prisões e buscas em torno da investigação contra o ex-presidente e seus aliados, entre militares e ex-ministros do governo.

Bolsonaro, que acumulou declarações golpistas ao longo de seu mandato, teve como preocupação ao longo da semana que seus apoiadores não levassem à Paulista faixas e cartazes de ataques especialmente contra o STF, o que foi respeitado durante o ato deste domingo. A estratégia foi a de minimizar tensões com o Supremo e o ministro Alexandre de Moraes, alvo principal do ato e que preside inquéritos que podem resultar em novas condenações para Bolsonaro. Ao longo de seu mandato, Bolsonaro frequentemente criticou o STF, utilizando termos como "politicalha", "acabou, porra", além de acusar o tribunal de ter ligações com o PT e de ativismo político. Os ataques se intensificaram a partir de 2020, durante a pandemia da Covid-19.

Em eventos anteriores, além de criticar o STF e o Congresso, apoiadores de Bolsonaro também exibiram faixas e cartazes apoiando a ideia de um golpe de Estado no Brasil e enaltecendo a ditadura militar que ocorreu entre 1964 e 1985. Na decisão em que autorizou as prisões de aliados do ex-presidente no início do mês, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que já está comprovada a prática de crimes contra a democracia e associação criminosa. Caso seja processado e condenado pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito e associação criminosa, o ex-presidente poderá pegar uma pena de até 23 anos de prisão e ficar inelegível por mais de 30 anos. Bolsonaro ainda não foi indiciado por esses delitos, mas as suspeitas sobre esses crimes levaram a Polícia Federal a deflagrar uma operação que mirou seus aliados no início do mês.

Leia a íntegra do discurso:

Meu Deus, esse povo brasileiro não merece estar vivendo por esse momento. Hoje, tão poucos, pouquíssimos, causam tantos males a todos nós. Nós sabemos que o mal não é eterno. Mas lá, na caixa de ferramenta, que é a Bíblia cristã, está escrito que nós devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance. Quando não for mais possível, entreguemos nas mãos de Deus. Nós ainda podemos fazer muito pela nossa pátria. A liberdade é um bem maior. Mas ao longo dos meus 4 anos de presidente da República, nós aprendemos que esse bem não é pétreo. Não é eterno. Como um grande amor, todos os dias você tem de se preocupar com a sua liberdade.

Lembro lá, nos dias de 2018, no dia meia dúzia de setembro [6.set.2018], em Juiz de Fora [MG], cidade do nosso governador [Romeu] Zema, eu fui covardemente agredido. Um cara, ex-filiado ao Psol me esfaqueou. Eu lembro muito bem, fui muito bem atendido por médicos e enfermeiros de Juiz de Fora. Depois vim para o [Albert] Einstein aqui em São Paulo. Nas mãos do doutor Macedo, outro milagre. Logicamente que devo minha vida a Deus. Mas me lembro muito bem, naqueles momentos de rara lucidez, eu pedia apenas uma coisa a Deus: que ele não deixasse órfã a minha filha Laura, com então 7 anos de idade.

Por que eu falei isso? Porque quando falamos em Estado Democrático de Direito, quando ele não é respeitado, nós fabricamos, ou melhor, aquela minoria fabrica órfãos de pais vivos. É lamentável o que vem acontecendo. O abuso por parte de alguns, que trazem a insegurança para todos nós. Quem sou eu? Eu sou igual a vocês. Só que do lado em direção a Curitiba, da pequena cidade de Eldorado paulista. Talvez 4.000



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

habitantes. Mas ali eu me criei. Ali, conheci a luta armada em 1970. Onde foi executado pela esquerda, a pauladas, o tenente da Força Pública de São Paulo Alberto Mendes Júnior.

Quis o destino que eu entrasse na carreira das armas. Cursasse a Escola Preparatória de Cadetes em Campinas, a Academia Militar em Resende [RJ] e saísse mundo afora. Minha última unidade de combate foi na longínqua Nioaque, [no] Mato Grosso do Sul. Dali voltei para o Rio e entrei em uma campanha de vereador. Sem nada, consegui me eleger. Depois, me elegi deputado federal. Fiquei por 28 anos dentro da Câmara, muitas vezes, discursando para as paredes. Mas sentia que algo estava por acontecer. Em 2014, disse que seria presidente da República lá no sagrado pátio das Agulhas Negras em Resende. E aconteceu. E eu tinha que fazer algo diferente do que sempre fizeram pelo Brasil. Escolhi, após a posse, ministros técnicos e combatentes. Muitos consagrados na política, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. O homem que pegou um orçamento minúsculo e fez grandes obras pelo país. E não foram só obras de infraestrutura, não. Obras em portos e aeroportos, que são de infraestrutura, mas obviamente fora da área de PRS.

Escolhi também, acabou de sair daqui, o [senador] Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia, que orgulha o Brasil, inclusive, fora da nossa pátria. Tivemos a [senadora] Tereza Cristina na Agricultura. Nosso agronegócio é um exemplo e é algo que orgulha todos no Brasil. Inclusive, durante meus 4 anos, o MST não apareceu, não deu as caras. Porque nós titulamos, para mais de 400 mil pessoas, o seu pedaço de terra. Deixo claro, 80% dos títulos foram para as mãos das mulheres.

Assumimos 2018 e 2019. Aprovamos com o Parlamento brasileiro a Lei de Liberdade Econômica. Entramos em 2020. Lamentavelmente a pandemia apareceu. Um sinal de interrogação para todo mundo como, em parte, ainda é no dia de hoje. Fizemos o possível para atender a todos do Brasil. Demos auxílio emergencial para 68 milhões de pessoas. E as mulheres, mães, recebiam o dobro desse valor. Muita coisa foi aprovada, como programas do Pronampe [linha de crédito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte], cuja iniciativa foi do então senador Jorginho Mello, atual governador do Estado de Santa Catarina. Também, mais para o final do ano, aprovamos o Bolsa Família. O governo anterior paga, em média, R\$ 190. Nós pagamos R\$ 600 com responsabilidade fiscal, com ajuda do Parlamento. Tendo em vista a inflação no mundo todo, aprovamos, não a redução, mas a total isenção total de combustíveis no Brasil.

Em São Paulo, no final de 2022, a gasolina ficou abaixo de R\$ 5 e o etanol ficou na casa dos R\$ 2,50. Com esses ministros, como o João Roma, que está aqui, que cuidou dessa parte do social, nós fizemos o Brasil crescer. O Paulo Guedes foi um gigante na economia. Nós chegamos a crescer mais do que a China. Chegamos a ter em 2022 3 meses de deflação em nossa pátria. Chegamos no final do ano, depois daquela coisa que aconteceu em outubro de 2022. E vamos considerar isso uma página virada na nossa história, porque nós sabemos o que precisa ser feito para o futuro. Para que todos não tenham dúvidas da transparência daquilo que nós devemos ter. E em especial quando se elege um representante nosso.

Terminamos 2022. Deixamos lá um saldo de R\$ 54 bilhões. No ano passado, tivemos um deficit na casa dos R\$ 180 bilhões. Mas a minha vinda aqui, como eu convidei vocês, e eu estou muito orgulhoso e grato de vocês terem aceito meu convite, que era para nós termos uma fotografia para o mundo. É uma amostra das cores da nossa bandeira. Do quanto nós nos emocionamos quando cantamos o Hino Nacional ou quando vemos hastear a nossa querida bandeira verde e amarela, azul e branca.



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Com isso, mostramos, com essa fotografia, que nós podemos até ver um time de futebol sem torcida ser campeão, mas, não conseguimos entender como existe um presidente sem o povo ao seu lado. Vocês nos trazem esperança, nos trazem a garra, nos trazem a certeza que temos como vencer. Nós não queremos o socialismo para o nosso Brasil. Nós não podemos admitir o comunismo em nosso meio. Nós não queremos ideologia de gênero para os nossos filhos. Nós queremos respeito à propriedade privada. Nós queremos o direito à defesa à própria vida. Nós queremos o respeito à vida desde a sua concepção. Nós não queremos a liberação das drogas em nosso país. Mas para isso nós devemos trabalhar todo dia dentro de casa, no trabalho, com os vizinhos e com os amigos.

Nós sabemos, então, o que foi o período de 2019 a 2022. E estamos conhecendo agora como está difícil vencer nesse país, com o que nós temos a nos governar no momento. Em último assunto, que é de extrema importância. Levo pancada desde antes das eleições de 2018. Passei 4 anos perseguido também enquanto presidente da República. E essa perseguição aumentou a sua força quando deixei a Presidência da República. E deixo claro: na transição fizemos a mesma [coisa] sem qualquer reclamação por parte da esquerda.

Saí do Brasil e essa perseguição não acabou. É joia. É a questão de importunação de baleia. É dinheiro que seria mandado para fora do Brasil. É tanta coisa que eles mesmos acabam trabalhando contra si. A penúltima agora: 'Bolsonaro queria dar um golpe'. Isso, desde que assumi em 2019, já ouvia. E parte da imprensa sempre reverberava isso. O que é golpe? Golpe é tanque na rua. É arma. É conspiração. É trazer classes políticas para o seu lado, empresariais. Isso que é golpe. Nada disso foi feito no Brasil. E fora isso, por que ainda continuam me acusando de um golpe?

Agora, o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenham santa paciência. Golpe usando a Constituição. Deixo claro que estado de sítio começa com o presidente da República convocando os conselhos da República e da Defesa. Isso foi feito? Não. Apesar de não ser golpe o estado de sítio, não foi convocado ninguém dos conselhos da República e da Defesa para se tramar ou para se botar no papel a proposta do decreto do estado de sítio. O 2º passo do decreto do estado de sítio, após o presidente ouvir os conselhos, ele manda uma proposta para o Parlamento. E essa proposta é analisada pelo Parlamento. E é o Parlamento quem decide se o presidente pode ou não editar um decreto de estado de sítio. O estado de defesa é semelhante. Ou seja, agora quem entubar a todos nós que um golpe usando dispositivos da Constituição, cuja palavra final quem dá é o Parlamento brasileiro, estava em gestação. Creio que está explicada essa questão.

"Teria muito a falar. Tem gente que sabe o que eu falaria. Mas eu busco, [governador Ronaldo] Caiado, é a pacificação. É passar uma borracha no passado. É buscar maneiras de nós vivermos em paz. É não continuarmos sobressaltados. É por parte do Parlamento brasileiro, Nikolas [Ferreira], [Gustavo] Gayer, [Luciano] Zucco, [Marco] Feliciano, meus colegas aqui do lado. É [por] uma anistia para que eles pobres coitados que estão presos em Brasília. Nós não queremos mais que seus filhos sejam órfãos de pais vivos. Há conciliação. Nós já anistiamos no passado quem fez barbaridade no Brasil. Agora, nós pedimos a todos os 513 deputados e 81 senadores, um projeto de anistia para que seja feita justiça em nosso Brasil. E quem, porventura depredou o patrimônio, que nós não concordamos com isso, que pague. Mas essas penas fogem ao mínimo da razoabilidade. Nós não podemos entender o que levou poucas pessoas a apelarem tão drasticamente. Esses pobres coitados que estavam lá no 8 de Janeiro de 2023.



CLIPPING

DATA
26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A defesa que eu queria já fiz para vocês. Essa fotografia vai rodar o mundo, tenho certeza disso. E após esse pronunciamento, nós pedimos a Deus que ilumine a todos, até aqueles poucos ou raros que não gostamos. Para que voltem a pensar com o coração, com a razão. Para que possamos fazer com que nosso Brasil prossiga na sua marcha. Agora temos eleições municipais, vamos caprichar no voto, em especial, para vereadores e prefeitos também. E nos preparemos para 2026. O futuro a Deus pertence. Nós sabemos o que deve ser feito no futuro para que o Brasil tenha um presidente que tenha Deus no coração, que ame a sua bandeira, que se emocione quando canta o hino nacional. Que respeite a família brasileira e que ame, de verdade, o seu povo. Vocês são os responsáveis por mim e pelo Tarcísio estarmos aqui. Nós somos privilegiados. Se bem que, no momento, ele, porque eu não tenho mandato. Porque nós podemos decidir o futuro de todos vocês.

Também quero dizer que nós não podemos concordar que um poder tire do palco político quem quer que seja. A não ser que seja por um motivo extremamente justo. Não podemos pensar em ganhar as eleições afastando os opositores do cenário político. Então, a todos vocês, meus irmãos e minhas irmãs, meus amigos, eu quero agradecer a vocês. Agradecer a nossa Polícia Militar que está fazendo o trabalho de segurança. Uma salva de palmas para a Polícia Militar. Nossos irmãos, que oferecem a sua vida pela nossa vida, merecem todo nosso respeito e consideração. Também a Polícia Civil que está por aqui e a Guarda Metropolitana do [prefeito] Ricardo Nunes que está se fazendo presente aqui.

Quero dizer para vocês que nós homens não vamos a lugar nenhum se você não tiver uma família estruturada. Se não tiver alguém do seu lado, que reconheça os momentos difíceis e lute por você. As perseguições que falamos há pouco continuam. Inclusive, contra a nossa filha que tem apenas 13 anos de idade. Então, todo homem tem que ter do seu lado alguém que some. Assim como toda mulher deve ter ao seu lado alguém que some, para que esses momentos difíceis possam ser superados. E hoje, não é por mim. Por coincidência, meu pai faleceu exatamente com minha idade, 68 anos. Tenho, hoje, 68 anos. Estou ultrapassando o tempo que meu pai viveu. E eu tenho uma boa memória, com toda a sua truculência, com toda a sua maneira de educar seus filhos, mas ele está no meu coração. E o que eu quero e que mais peço a Deus é que continue no coração de vocês o meu trabalho. A minha dedicação nada mais é do que servir a minha pátria e a todos vocês.

Muito obrigado, povo do Brasil. Muito obrigado, homens e mulheres desse Brasil fantástico e maravilhoso. Nós pedimos a Deus que nos dê forças para trabalhar, para persistir e vencer. Não há vencedores ou vencidos. Todos nós seremos vencedores se a paz de Deus reinar sobre o coração de cada um de nós. Muito obrigada, [avenida] Paulista, muito obrigado, São Paulo, muito obrigado, Brasil. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Um até breve. Um beijo nas mulheres e um abraço nos homens.

JORNAL – O HOJE – 26.02.2024 – PÁG. 10

Governo planeja liberar FGTS Futuro para compra da casa própria

Medida está em fase de análise pelo conselho curador do fundo de garantia por tempo de serviço

Alexandre Paes

O Governo Federal está estudando a possibilidade de liberar o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) futuro como uma nova modalidade para auxiliar a população de baixa renda na aquisição da casa própria. A medida, que está em fase de análise, poderá entrar em vigor já no próximo mês de março. A proposta do FGTS Futuro foi criada durante o governo anterior, mas ainda aguarda regulamentação pelo Conselho Curador do FGTS.



O objetivo é permitir que trabalhadores com carteira assinada possam comprometer parte dos depósitos futuros do FGTS para complementar a renda na hora de demonstrar capacidade de pagamento e tomar o financiamento habitacional. Inicialmente, a medida será testada entre beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida, com renda mensal de até R\$ 2.640, correspondente à Faixa 1 do programa habitacional.

Posteriormente, o governo planeja ampliar o benefício para todas as faixas contempladas pelo programa, até o limite de R\$ 8 mil mensais de renda. A utilização do FGTS Futuro permitirá que os trabalhadores possam optar por um imóvel de maior valor, pagando uma prestação menor. Ao fazer uso dessa modalidade, a diferença na prestação será coberta automaticamente pela Caixa Econômica Federal, mensalmente, utilizando os recursos do FGTS do trabalhador que iriam para sua conta no Fundo.

Porém, há riscos associados, como o aumento da prestação em caso de demissão do trabalhador. Nesse caso, o mutuário passará a arcar com o valor total da prestação, sem a "ajuda" do FGTS, podendo enfrentar dificuldades financeiras e até mesmo perder o imóvel para o banco em caso de inadimplência.

A proposta tem sido avaliada como uma medida que amplia o acesso da população à casa própria e está alinhada com uma das principais finalidades do FGTS, que é o apoio à habitação popular. A expectativa é que a proposta de regulamentação seja aprovada pelo Conselho Curador do FGTS em março, abrindo caminho para a sua implementação.

Sucena Hummel, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRCGO), destacou o potencial do FGTS Futuro como uma ferramenta para democratizar o acesso à moradia. "A possibilidade de utilizar o FGTS Futuro para amortizar ou liquidar dívidas imobiliárias representa uma oportunidade única

para as famílias de baixa renda realizarem o sonho da casa própria. Essa medida não apenas promove a inclusão social, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico, pois fortalece o setor habitacional", afirmou Hummel.

Condições facilitadas ao Minha Casa, Minha Vida Além do FGTS Futuro, o governo reserva para este ano um orçamento significativo para novas contratações dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Os recursos disponíveis somam R\$ 97,15 bilhões para novos contratos, com juros entre 4% e 8,16% ao ano e prazo de pagamento de até 35 anos. O programa financia imóveis de até R\$ 350 mil em todo o país.

Para as famílias de baixa renda, beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o programa oferece a doação do imóvel com recursos da União, prevendo um orçamento de R\$ 9,4 bilhões para este fim em 2024. Orientação e Planejamento Planejar-se adequadamente para a aquisição da moradia própria é essencial e o FGTS Futuro pode ser uma ferramenta valiosa nesse processo.

Para começar, é crucial entender as modalidades disponíveis e suas respectivas regras de utilização. Consultar um contador especializado nesse tipo de assunto pode ser extremamente benéfico, pois ele poderá fornecer orientações específicas de acordo com o perfil financeiro de cada pessoa, identificando as melhores estratégias para o uso do FGTS Futuro. Além disso, conforme orienta a presidente do CRCGO, o contador pode ajudar na análise da viabilidade financeira da compra, considerando fatores como renda, economias e custos associados à propriedade. Ter um planejamento sólido e a orientação de um contador pode fazer toda a diferença na conquista do sonho da casa própria, proporcionando segurança e tranquilidade durante todo o processo.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.02.2024 – PÁG. POLÍTICA

Aliados moderam discursos, mas Malafaia ataca o STF

Victor Correia / Aline Brito



Parlamentares, governadores e outros aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro também marcaram presença em manifestação ontem na Avenida Paulista. No trio elétrico, as falas foram contidas, como orientado pelo entorno do ex-presidente. A exceção foi o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. O religioso não poupou ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao começar seu discurso, Malafaia ressaltou que não iria atacar o STF ou outras organizações. “Quando você ataca uma instituição, você é contra a República e o Estado Democrático de Direito”, pontuou. Logo depois, porém, citou que existe uma “engenharia do mal” para prender Bolsonaro e o classificou como o político mais perseguido da história brasileira.



CLIPPING

DATA
26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Segundo o religioso, Bolsonaro tentou apaziguar a relação com o ministro do STF, mas foi atacado. “Alexandre de Moraes disse que a extrema-direita tem que ser combatida na América Latina. Como um ministro do STF tem lado? Ele não tem que combater nem a extrema direita, nem a extrema esquerda”, pontuou. Malafaia também defendeu os questionamentos feitos por Bolsonaro às urnas, e classificou como “deboche” a multa de R\$ 22 milhões aplicada por Moraes, após Valdemar Costa Neto divulgar uma pesquisa que contestava o funcionamento dos dispositivos.

Dirigindo-se a Bolsonaro, o pastor também citou a possibilidade de o ex-presidente ser preso pela PF. “Se eles te prenderem, você vai sair de lá exaltado. Se eles te prenderem, não vai ser para a sua destruição, mas para a destruição deles”, enfatizou, dizendo ainda que não tem medo de ser preso por sua fala. Michelle Bolsonaro, por sua vez, fez um discurso mais contido. A ex-primeira-dama se disse emocionada por ver o “exército de Deus” nas ruas, e agradeceu o apoio de Malafaia na organização do evento. “Fomos negligentes a ponto de dizer que não se pode misturar religião e política, e o mal ocupou o espaço”, destacou. Ela também orou em apoio a Israel — a oposição vem atacando o presidente Lula após as críticas que fez à atuação israelense na Faixa de Gaza.

Representação

Em seguida, o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) citou a presença de 100 deputados federais — sendo a grande maioria de seu partido — no evento. “Nesse momento, eles estão com medo. Eles estão a portas fechadas conversando entre eles se o Brasil vai ser mesmo resgatado, se eles vão mesmo dar conta de parar essa força que está crescendo no coração do povo brasileiro”, discursou.

Ele foi seguido pelo também deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). “O nosso inimigo ficou 12 anos como persona non grata tentando a Presidência da República, e ele conseguiu depois de 12 anos. Nós não temos o direito de ter menos resistência do que o nosso inimigo”, frisou. Já o senador Magno Malta (PL-ES) citou que os Três Poderes precisam coexistir “sem atropelos”.

“Nenhum ditador do mundo ataca Israel. Nenhum deles teve a ousadia de tocar no genocídio de seis milhões de judeus mortos. Aquele que hoje está na Presidência da República, no poder, teve a pachorra de tocar na memória dos inocentes”, disparou o senador. Também teve destaque a fala do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, cotado como o principal candidato do bolsonarismo para 2026. Tarcísio atribuiu sua projeção política a Bolsonaro, a quem disse não ser “apenas um CPF”, mas líder de um movimento.

“Minha gente, quem eu era? Eu não era ninguém. E o presidente apostou em pessoas como eu, como tantos outros que surgiram, que tiveram posição de destaque porque ele acreditou. Nunca pegou nada para si, sempre entregou o crédito para quem trabalhava com ele”, enfatizou Tarcísio. Também participaram os governadores Romeu Zema (Minas Gerais), Ronaldo Caiado (Goiás) e Jorginho Mello (Santa Catarina). O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, esteve no trio elétrico, mas optou por não discursar.

Bate-volta

O senador Jorge Seif (PL-SC) estava em viagem oficial aos Emirados Árabes Unidos e voltou ao Brasil para participar da manifestação bolsonarista. Inicialmente, o parlamentar iria de Dubai para Lisboa, onde vai participar do evento da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), mas fez um bate-volta à capital paulista, que custou R\$ 32 mil, de acordo com informação disponível no Portal da Transparência. Ao Correio, Seif disse

que tem “zero constrangimento” em relação à alteração. “Toda viagem internacional é autorizada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Ele autorizou e os custos não foram pela cota parlamentar, mas pelo próprio Senado”, afirmou. O Correio procurou a assessoria do senador Rodrigo Pacheco, mas não recebeu retorno até o fechamento desta matéria.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.02.2024 – PÁG. ECONOMIA

Desigualdade é tema de debate no G20

Ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais de 27 países debatem, entre outras coisas, taxaço dos super ricos

Rafaela Gonçalves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comandará nesta semana a primeira reunião ministerial da Trilha de Finanças do G20 — grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Africana e a União Europeia. No encontro, que será sediado em São Paulo entre quarta e quinta-feira, o governo brasileiro buscou usar sua presidência temporária do grupo para pautar discussões sobre redução de desigualdades e reforma de instituições multilaterais.



Uma das grandes apostas do chefe da equipe econômica é a proposta de tributação global de grandes fortunas. A agenda é vista como essencial para enfrentar os entraves econômicos da desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável. O tema, inclusive, é alvo de um dos grupos de trabalho do G20.

A cobrança de impostos dos “super-ricos” está prevista na Constituição brasileira, entretanto, o tributo nunca foi regulamentado, e a reforma tributária é a oportunidade de o país avançar na pauta. O Brasil deve propor ainda uma legislação internacional que regule a tributação sobre heranças.

Entre outros temas abordados na agenda lotada de eventos e encontros bilaterais, Haddad também vai tratar de questões relacionadas ao endividamento de países de baixa e média renda, bem como a reestruturação de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A reforma das instituições financeiras multilaterais já foi pauta de outras agendas internacionais do ministro ao longo do ano passado e será reforçada como uma forma de “atualizar a governança global para lidar com os desafios contemporâneos”, sinalizou ele.

Delegações



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 29

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Antes do encontro principal, ocorrerá a segunda reunião de deputies (representantes em nível vice-ministerial de finanças e bancos centrais), hoje e amanhã, no mesmo local. Durante o evento, o Ministério da Fazenda será representado pela embaixadora Tatiana Rosito, secretária de Assuntos Internacionais da pasta e coordenadora da Trilha de Finanças.

No âmbito do G20, estão previstas quatro sessões de reuniões entre os ministros e presidentes de bancos centrais, com temas relacionados a desigualdade, crescimento, estabilidade financeira, tributação internacional e dívidas dos países. Os debates visam identificar melhores práticas para lidar com o aumento da dívida global, o financiamento para o desenvolvimento sustentável e as perspectivas do setor financeiro para os próximos anos.

Segundo a Fazenda, 27 delegações confirmaram presença, com nomes como a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen; o ministro de Finanças da Alemanha, Christian Lindner; o ministro da Economia da Argentina, Luis “Toto” Caputo; a ministra das Finanças da Indonésia, Sri Indrawati; e o comissário para o Comércio e Indústria da União Africana, Albert Muchanga.

Além deles, representantes de alto nível de 16 organizações e bancos internacionais também estarão no evento, como o presidente do Banco Mundial, Ajay Bang; a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva; a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento e ex-presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff; o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn; e o presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, Jin Liqun.

O encontro será a primeira oportunidade de a equipe econômica apresentar suas credenciais e a marca que o Brasil pretende deixar ao passar pela presidência do grupo. Ao longo do ano, outros encontros serão realizados sobre diversas áreas até a cúpula em novembro, no Rio de Janeiro.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.02.2024 – PÁG. OPINIÃO

Em vez de prisão, acolhimento

Rosane Garcia

Há momentos em que a dúvida se torna certeza. Não há como duvidar de que não passa de falácia barata quando pessoas comuns e autoridades afirmam que crianças e jovens são o futuro do país. Por que, então, são tão maltratadas pelos adultos, invisíveis aos mandatários e com necessidades quase sempre ignoradas? Muitas são forçadas, pelas profundas e graves desigualdades socioeconômicas, a deixar a escola e rendem-se à condição de serem exploradas pelo trabalho precoce. Outras são cooptadas pelas organizações criminosas. Um conjunto de realidades infames que reforça o entendimento de que o “futuro” está em processo de decomposição. Não é mi-mi-mi nem dramatização barata. É uma triste realidade.

Nas últimas semanas, a apreensão de crianças e adolescentes, principalmente negros, ocorre sem que sejam flagrados cometendo atos análogos a infrações penais, como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 230 da Lei nº 8.069/1990) e sem ordem judicial. Os episódios ocorrem nas praias do Rio de Janeiro.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

As ações foram motivadas pelos chamados “arrastões”, em que jovens furtam objetos dos frequentadores e banhistas das praias cariocas. Ou seja, incorrem em infrações que justificam a ação das forças policiais. Mas será que todos (crianças e adolescentes) que caminham à beira-mar estão com essa intenção? Amparada pelo ECA, a juíza Lysia Maria da Rocha Mesquita, da 1ª Vara da Infância, do Adolescente e do Idoso do Rio de Janeiro, após várias denúncias, decidiu proibir a apreensão, ordenada pela prefeitura e pelo governo fluminense.

Apreendidos, crianças e adolescentes são levados às delegacias de polícia. Por que não são atendidas por assistentes sociais e por profissionais que apurem onde moram, como vivem e quais suas necessidades? Levá-los à delegacia passa a ideia de que todos são marginais. Mas os executivos locais recorreram da decisão da juíza, embora o ECA seja absolutamente claro quanto à apreensão de crianças e adolescentes. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro passado, revogou a decisão da juíza Lysia Mesquita.



O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), guardião da Constituição. Na audiência de conciliação, no último dia 21, o ministro Cristiano Zanin revalidou a proibição e estabeleceu prazo de 60 dias para que a prefeitura e o governo do Rio apresentem um plano de abordagem social de crianças e adolescentes que não viole os seus direitos constitucionais e legais e, principalmente, os de ir e vir deles, bem como de segurança pública voltado para a repressão de adolescentes em conflito com a lei.

Não se trata criança nem adolescente com violência. Mas com acolhimento e respeito, para que, quando adultos, saibam respeitar e acolher os que lhes parecem mais frágeis. Bons exemplos fazem parte do educar para uma cultura não violenta e de paz.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.02.2024 – PÁG. A6

Bolsonarismo: forte no zap e nas ruas, fraco no Congresso

Sem mandato e inelegível, proposta de anistia de Bolsonaro é inviável

Bruno Carazza



O bolsonarismo é um fenômeno que começou nas redes sociais e tomou as ruas. Líder de forte apelo popular, mais uma vez Jair Bolsonaro demonstrou força ao atrair milhares de pessoas vestidas de verde e amarelo no ato de ontem na Avenida Paulista.

Convocados logo após as ações da Polícia Federal no âmbito da Operação Tempus Veritatis, que investiga a participação do ex-presidente, integrantes de seu governo e membros das Forças Armadas no planejamento de um golpe e na organização dos atos democráticos de 8 de janeiro de 2023, seus apoiadores marcaram presença em peso.

O evento contou ainda com a participação de políticos bolsonaristas, além dos governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos), Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (União Brasil) e Jorginho Melo (PL).

O filósofo Marcos Nobre tem uma imagem feliz para explicar o bolsonarismo. Para o presidente do Cebrap, a força do ex-presidente está nas redes, numa espécie de “partido digital” que arregimenta milhões de seguidores fiéis, mobilizados diariamente por todo tipo de postagens, de fake news a incitações de ódio contra seus adversários.

Quando chegavam as eleições, porém, Bolsonaro sempre precisou se apresentar como um candidato normal, com partido, número de urna e presença no horário eleitoral. Para Nobre, Bolsonaro agia como hacker do sistema político, tomando para si a estrutura de partidos pré-existentes, aos quais se filiava por oportunismo e em função das exigências da legislação eleitoral. Foi assim com o PSL em 2018 e com o PL em 2022. É bem verdade que havia uma simbiose nessa inoculação do bolsonarismo na estrutura dessas legendas. Tanto o PSL (hoje União Brasil) de Luciano Bivar quanto o PL de Valdemar da Costa Neto turbinaram em centenas de milhões os recursos a que têm direito nos fundos partidário e eleitoral graças aos votos recebidos pelos candidatos associados a Jair Bolsonaro.

Nas eleições de 2018, o PSL de Bolsonaro elegeu 52 deputados federais, três senadores, três governadores e dois vice-governadores. Quatro anos depois, menos da metade (apenas 27) acompanhou o presidente na sua mudança para o PL. Uma parte significativa (16) permaneceu no União Brasil, após a fusão do PSL com o



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

DEM, e o restante dispersou-se em diversas outras agremiações: PP (5), Republicanos (3), PSC, PSDB e PTB (dois cada) e mais Patriota, Pros e PSD (um candidato cada).

Alguns argumentam que essa dificuldade de Bolsonaro fazer com que seus apoiadores originais de 2018 o acompanhassem na migração para o PL não é sinal de fraqueza, mas antes uma estratégia de consolidar o bolsonarismo como um movimento multipartidário de direita, que seria assim mais poderoso do que restrito a um simples partido único, como é o PT de Lula ou foi o PSDB de Fernando Henrique Cardoso. Em 2022, porém, Bolsonaro deu provas de que ainda tem capacidade de atrair políticos de todo o espectro do centro à extrema direita. Apesar da tentativa fracassada de se reeleger como presidente, seu novo partido, o PL, fez uma bancada de 99 deputados federais (a maior da Câmara), dois governadores (RJ e SC) e oito novos senadores.

Entre os eleitos pelo PL em 2022, Bolsonaro trouxe consigo 25 antigos correligionários do PSL, enquanto 26 políticos eleitos já estavam na legenda de Valdemar no pleito anterior. Numa evidência da força de atração política de Bolsonaro, o restante dos novos detentores de mandato eletivo (54) chegou ao PL proveniente de vinte outras siglas, do Novo ao PDT e ao PSB.

Não há clareza se essa dispersão do bolsonarismo em várias legendas se deve a uma tática previamente pensada de se constituir como uma força política suprapartidária ou por uma debilidade em se organizar institucionalmente como um partido, já que a tentativa de criar o seu Aliança pelo Brasil fracassou. Em qualquer das hipóteses, a resistência do bolsonarismo em se estruturar institucionalmente no Congresso diz muito sobre a derrota eleitoral de 2022 e a tentativa felizmente fracassada de se manter no poder por meio de um golpe. E terá implicações sobre o seu futuro político.

No ato de ontem na Paulista, além de procurar demonstrar que ainda detém força política mesmo derrotado nas urnas e sendo alvo de ações no STF, Bolsonaro fez um apelo aos deputados e senadores presentes em busca de anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos - o que acabaria beneficiando a si próprio.

Se a intenção é essa, hoje não há condição política para a aprovação de um projeto dessa natureza no Congresso. O bolsonarismo hoje não conta com muito mais do que cem cadeiras na Câmara dos Deputados. Além disso, sem mandato e declarado inelegível até 2030, Bolsonaro não detém nem sequer perspectiva de distribuir cargos e orçamento para os políticos do Centrão em troca de uma adesão à proposta de anistia. Muito pelo contrário: a contar pela presença de Tarcísio, Zema e Caiado no palanque de Bolsonaro ontem, não faltam interessados em arrebatar para si a massa de eleitores que lotou ontem a Avenida Paulista. Ironicamente, hoje é o bolsonarismo que corre o risco de ser hackeado por outros políticos de direita.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.02.2024 – PÁG. E1

Volume de processos por ‘erro médico’ cresce no Judiciário

Conforme estudo com dados do TJSP, entre os anos de 2020 e 2022, o valor médio de pedido de indenização é de R\$ 35 mil por ação judicial

Fernando Teixeira



O Brasil registrou, em 2023, cerca de 25 mil processos por “erro médico” - ou danos materiais ou morais decorrentes da prestação de serviços de saúde, denominação que passou a ser adotada neste ano pelo Judiciário. O volume representa alta de 35% em relação a 2020, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nos últimos quatro anos foram 91 mil ações. Os pedidos de indenização são altos e tendem a se concentrar no setor privado, onde as condenações são maiores e estão 70% dos processos.

Estudo com dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) analisou 4,5 mil processos por “erro médico” e encontrou pedidos de R\$ 16 milhões em indenizações por danos morais entre 2020 e 2022, chegando a um valor médio R\$ 35 mil por cada processo.

O Judiciário deixou de adotar o termo “erro médico” porque entidades que representam a categoria alegaram que, com base na Tabela Processual Unificada, que traz as classificações processuais, envolveria também processos apresentados contra hospitais (públicos e privados) e profissionais de outras categorias da saúde. Advogados especializados em saúde reconhecem um aumento no número de casos desde a pandemia da covid-19, com ações desse tipo atraindo novas gerações de advogados e profissionais egressos de outras áreas. Os processos, afirmam os especialistas, são considerados complicados, caros, demorados e de alto risco, mas viáveis em muitos casos.

Nos Estados Unidos, processos por “erro médico” são um filão tradicional na advocacia e tratados como uma espécie de investimento. Escritórios anunciam serviços fazendo estimativas de custo e benefício: gasto inicial entre US\$ 50 mil e US\$ 100 mil e indenização final entre US\$ 250 mil e US\$ 400 mil. Uma pesquisa publicada pela revista Health Affairs em 2010 calculou em US\$ 55 bilhões o volume pago por erro médico nos EUA, 2,4% do custo do sistema de saúde.

No Brasil, as limitações à propaganda da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) evitam campanhas ostensivas de captação de clientes ao estilo americano, mas o tema não deixa de preocupar. Grandes hospitais investem em “compliance médico” e protocolos de prevenção. Uma das iniciativas é o “Prêmio Júlia Lima”, lançado pelo Hospital Albert Einstein em 2019 - cujo nome é uma homenagem a uma vítima de erro médico -, para estimular boas práticas e segurança do paciente.



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Segundo Henderson Fürst, presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB, iniciativas como a do Einstein estão na vanguarda e visam reduzir não só a judicialização, mas crises de imagem associadas. Contudo, ainda há hospitais que fazem cálculos de custo-benefício e deixam a conta do “erro médico” na mão de seguros de responsabilidade civil. “Muitos médicos não estão preparados para fazer compliance e reduzir riscos”, diz.

Fürst vê mudanças nos últimos anos, com mais ações, advogados iniciantes no ramo e técnicas de captação de clientes vendendo a ideia de dinheiro fácil por erros comuns - como falta de assinatura do “termo de consentimento” (autorização para a realização de algum procedimento). Mas de modo geral, Fürst acredita que os processos são motivados por uma insatisfação do paciente com o resultado do procedimento e falta de comunicação adequada. O problema, para Fürst, é falta de diálogo entre médico e paciente.

“Muitas vezes o paciente quer é expressar uma insatisfação, quer desabafar, falar com o médico. Chama de erro médico, mas na verdade não houve um problema”, diz o advogado. Em muitos casos é comum depois da audiência o hospital fechar um acordo por um valor simbólico. Outro elemento que contribui para a expansão da litigiosidade é o volume enorme de incidentes ocorridos no sistema de saúde. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) coleta há alguns anos dados de “incidentes relacionados à saúde”, com informações sobre falhas na assistência à saúde, erros em procedimentos e outros problemas. O resultado é de 342 mil notificações por ano.

Um levantamento feito pelo advogado Victor Vieira, da empresa de pesquisa em jurisprudência e jurimetria Juit, reuniu 4,5 mil decisões sobre “erro médico” do TJSP e encontrou um cenário, ainda assim, mais favorável às instituições médicas. “A conclusão mais importante é de que as instituições de saúde têm uma taxa de provimento de seus recursos maior do que os pacientes. O Judiciário tende a ser mais simpático às instituições de saúde”, afirma Vieira.

As indenizações mais altas chegam a valores entre R\$ 250 mil e R\$ 300 mil, mas no extremo oposto há valores como R\$ 1 mil e R\$ 250. O valor intermediário entre a condenação mais alta e a mais baixa fica entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil. A pesquisa constata que a segunda instância da Justiça paulista tende a reduzir o valor das condenações mais do que aumentar.

Os recursos à segunda instância funcionam mais para hospitais do que para pacientes. Pacientes têm seu recurso negado em quase 72% dos casos e as instituições de saúde em 51% das vezes. Um caso foi analisado recentemente pela 9ª Câmara de Direito Privado do TJSP. O colegiado manteve decisão condenando uma empresa de serviços em saúde a indenizar uma paciente diagnosticada equivocadamente com câncer nos ossos e tratada sem necessidade por seis anos, com graves efeitos colaterais. A indenização por danos morais foi fixada em R\$ 200 mil e os danos materiais em R\$ 17,9 mil (processo nº 1016242-76.2020.8.26.0564).

As dificuldades em conseguir bons resultados em processos por erro médico fazem alguns advogados desistirem. Rodrigo Araújo, advogado especializado em direito da saúde, já teve muitos clientes de “erro médico”, mas hoje evita processos do tipo. São processos longos, entre 5 e 10 anos de duração, provas difíceis e muitos recursos protelatórios. Não é incomum a anulação de perícias técnicas, que custam entre R\$ 8 mil e R\$ 18 mil cada uma.

Ele também acredita haver um corporativismo entre os médicos, que dificulta a obtenção de laudos periciais isentos. Um cliente seu foi diagnosticado com aneurisma em um hospital de ponta em São Paulo, e encaminhado para cirurgia urgente. Sem tempo para muitos preparativos e exames prévios, a cirurgia teve complicações e hoje o paciente vive com sequelas graves. O parecerista nomeado pelo juiz reconheceu que não havia urgência na cirurgia, mas inocentou o colega, alegando que o hospital “tinha condições” para fazer o procedimento.

O advogado Marcos Patullo, sócio do Vilhena Silva Advogados, recebe muitos clientes em seu escritório com casos de “erro médico”, mas só algumas vezes recomenda abrir um processo. O principal problema é a dificuldade de produzir provas. É preciso levantar pareceres, registros e comprovar a correlação entre conduta e dano. “Uma coisa é existir um erro médico, outra coisa é conseguir provar.”

Tatiana Luz, sócia do NHM Advogados diz que, juridicamente, a atividade médica é considerada uma atividade de meio, não de fim. Ou seja, o médico é responsável pela execução de uma tarefa, não pelo seu resultado. Em cirurgia plástica, o tema ainda está em aberto, mas em outras áreas está pacificado: uma coisa é o procedimento médico, outra coisa como o corpo do paciente reage. “A dificuldade é configurar o erro médico”, diz.

Liminar livra Pernambucanas de limite em compensações

Varejista obteve no Judiciário crédito fiscal de mais de R\$ 1,5 bilhão

Marcela Villar

A Pernambucanas conseguiu liminar na Justiça Federal de São Paulo para não se submeter ao limite de compensações tributárias imposto pela Medida Provisória (MP) nº 1.202/2023. A varejista, que obteve no Judiciário crédito fiscal de mais de R\$ 1,5 bilhão, é uma das 495 empresas afetadas pela norma, que restringe o uso dos créditos oriundos de ações judiciais a partir de R\$ 10 milhões. A decisão é uma das primeiras favoráveis ao contribuinte.

Para o juiz Marcelo Guerra Martins, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, a MP fere a coisa julgada. Ele afirma ainda na decisão que a legislação tributária não pode retroagir se for prejudicial ao contribuinte (processo nº 5000572-39.2024.4.03.6100).

“Ao modificar e restringir as condições para o contribuinte fazer valer um direito anteriormente reconhecido judicialmente, com trânsito em julgado, a referida Medida Provisória viola tanto o direito adquirido do contribuinte quanto a própria coisa julgada”, diz.

No pedido, a empresa, representada pelo escritório Mattos Filho, mostrou ter três sentenças definitivas - transitadas em julgado em 2016, 2022 e 2023 - reconhecendo mais de R\$ 1,5 bilhão em créditos fiscais.





CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Desse total, ainda teria um saldo de R\$ 337 milhões. Pela MP, ela estaria limitada a usar esse valor em um período de 40 meses. Com a liminar, pode compensar de uma só vez e não comprometer o caixa.

De acordo com o que informou a Pernambucanas no processo, o agravante foi a nova lei ter sido publicada nos últimos dias de 2023, “quando todo o planejamento orçamentário das empresas já havia sido elaborado, exercício realizado com base na premissa da legislação vigente até então, que autorizava o pleno uso de créditos para compensação de tributos”.

O escritório cita dois precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para justificar a demanda, ambos em recursos repetitivos. O primeiro decidiu que “em se tratando de compensação tributária, deve ser considerado o regime jurídico vigente à época do ajuizamento da demanda” (REsp 1137738). O segundo julgado diz que as “restrições ao direito de compensar não se aplicam a ações judiciais que lhe sejam anteriores” (REsp 1164452). Por isso, a companhia defende, nos autos, que a MP só deve se aplicar a ações judiciais posteriores à sua vigência.

Na visão do advogado Carlos Gama, sócio do Freitas, Silva e Panchaud (FSP) Advogados Associados, a decisão foi bem abrangente e afastou totalmente os efeitos da MP. “O argumento foi de que as ações anteriores foram ajuizadas e transitaram em julgado antes da edição da MP 1202, quando não existiam as restrições. Então a MP não pode alcançar esses processos”, afirma. A probabilidade é que o assunto suba ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela discussão constitucional do caso, diz ele. Já existe uma ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Partido Novo que questiona a MP (ADI 7587), ainda sem previsão de julgamento.

Gama relembra que o STF já se posicionou (ADIs 2356 e 2361) de forma semelhante, quando discutia a possibilidade de parcelamento de precatórios. “Quem tinha trânsito em julgado de precatório que não previa o parcelamento não poderia ser alcançado por uma lei que entra em vigor a posteriori. O racional é o mesmo.”

Dalton Dallazem, sócio do Perin & Dallazem Advogados, avalia que a via das compensações tem sido efetiva e muito usada pelos contribuintes, por ser um caminho muitas vezes mais rápido que o do precatório. “Se existiram abusos de contribuintes forjando créditos que não existem, não é punindo os inocentes que vai se alcançar os culpados.”

De acordo com Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, a decisão é acertada ao reafirmar que não se pode mudar as regras do jogo no curso de uma partida. “Não é razoável que novas limitações sejam impostas àqueles contribuintes que, com decisão transitada em julgado, optaram no passado pela realização de compensações em detrimento da expedição de precatórios federais, os quais, cada vez mais, são dotados de alta liquidez.”

Os procuradores Disraeli Dias, Camila Castanheira Mattar e Juliana Furtado Costa Araujo, da Fazenda Nacional, vão recorrer da decisão. Defendem que a MP não tira o direito à compensação e que é preciso aplicar a jurisprudência do STJ de observar a legislação vigente no momento do encontro de contas. “A coisa julgada não é violada, porque a coisa julgada que reconhece o crédito não tratou da compensação e a MP apenas condiciona a forma e o modo que o contribuinte vai exercer o direito da compensação”, diz Dias.

Eles também mencionam já terem mapeado quatro decisões a favor da Fazenda - em São Paulo, Marília (SP), Caxias do Sul (RS) e Maringá (PR) - e que esta da Pernambucanas foi a única até agora a dar vitória ao contribuinte. Procurados, os advogados do Mattos Filho que trabalham no caso preferiram não se manifestar. A Pernambucanas não deu retorno até o fechamento da edição.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.02.2024 – PÁG. E2

Cláusula de change in law em contrato de infraestrutura

Há de se dar, agora, atenção redobrada à redação desses dispositivos durante a negociação dos novos contratos

Adriana Sarra e Ricardo Medina Salla

Após os longos debates que marcaram 2023, o Brasil fechou o ano com a publicação de diversas normas que alteram substancialmente o panorama tributário para o setor de infraestrutura e construção. Mencionem-se, em especial, a Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro, que implementa a reforma tributária para criação do IBS e da CBS; a Lei nº 14.784, de 27 de dezembro, que rejeitou o veto presidencial e prorrogou, até final de 2027, o incentivo tributário da desoneração da folha de pagamento, e a Medida Provisória nº 1.202, que foi publicada no dia seguinte, e determinou a revogação da recém-publicada lei e tem seus efeitos dependentes de futura apreciação legislativa.



Sem adentrar no mérito positivo ou negativo dessas alterações, fato é que o atual cenário pode gerar situações de insegurança jurídica para o futuro, seja por dúvidas relativas à implementação e à regulamentação das alterações já realizadas, seja devido aos riscos de novas alterações ou de batalhas jurídicas e políticas que certamente virão a se instaurar.

Considerando que as premissas tributárias são fator de suma relevância na estruturação e na análise da viabilidade econômica de projetos de infraestrutura e construção, um contexto de imprevisibilidade sobre o assunto afeta não só os novos contratos a serem negociados, mas também os contratos atualmente em curso, tanto no setor privado quanto público.

Nos novos contratos, certamente surgirão questionamentos sobre quais bases utilizar para a formação de preços, sobre como lidar com normas já conhecidas, mas cujos efeitos ainda estão pendentes, e sobre como regular os impactos de situações futuras que não podem ser antecipadas. Nos contratos já em curso, será preciso resolver o que acontecerá diante de uma alteração superveniente das premissas econômico-financeiras que embasaram a celebração daquele negócio, tanto por parte do contratante quanto do contratado.

Eis que surge, então, um dispositivo que certamente ganhará grande protagonismo nos próximos anos: a cláusula de change in law. Trata-se de previsão contratual acordada pelas partes, e que estabelece um



CLIPPING

DATA

26.02.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

27 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

mecanismo de adaptação do contrato, caso se verifiquem impactos decorrentes de alterações normativas supervenientes. Essa cláusula pode se limitar a variações normativas de natureza tributária ou compreender, também, modificações legais de outras esferas, por exemplo, normas trabalhistas.

As partes podem acordar, desde logo, a regra sobre como será alocado o risco da modificação normativa. Caso a incerteza sequer permita essa previsibilidade, podem as partes acordar, na cláusula de change in law, um procedimento que lhes permita definir essa regra quando houver a concretização específica do risco. O contrato se torna, assim, uma ferramenta de governança da relação entre as partes.

Diante do contexto atual, em que já existe uma perspectiva de impactos decorrentes de alterações tributárias, é essencial que as partes que estejam às vésperas da celebração de novos contratos tragam esse assunto à mesa de negociação. Cabe ponderar sobre a conveniência de se prever uma cláusula de change in law, e de se definirem os pressupostos para sua boa aplicação, em especial no que tange à transparência e à clareza na definição das premissas tributárias adotadas. Vale, ainda, ponderar sobre a previsão de eventuais mecanismos que permitam às partes obter uma decisão rápida sobre o assunto quando se caracterizar uma situação de impasse. Nesse sentido, os dispute boards, tão em alta na atualidade, podem ser uma boa saída.

Para os contratos que estão em curso, o primeiro passo é verificar se já foi pactuada uma cláusula de change in law. Em caso positivo, é importante que as partes compreendam qual a regulamentação prevista e como ela se aplicaria aos riscos já mapeados no contexto atual. Isso é importante não apenas para prevenir surpresas, mas também para identificar possíveis desvios resultantes da aplicação de uma cláusula que foi pensada para um cenário, mas poderá ser aplicada para outro, não antevisto pelas partes.

Por outro lado, quando as partes não previram cláusula de change in law, faz-se necessária uma análise minuciosa e compreensiva do contrato, antes de se antecipar qualquer conclusão. Há diversos aspectos que precisam ser examinados, incluindo premissas de contratação e eventuais informações sobre a composição dos preços. Além disso, há ainda algumas figuras jurídicas que podem auxiliar a depender da modalidade de contrato que se tenha em mãos, como as regras legais de desequilíbrio econômico-financeiro previstas para contratações públicas. Não se pode deixar de mencionar, por fim, a própria possibilidade de as partes acordarem uma solução negociada para o tema - tanto para administrar um impacto já ocorrido quanto para acordar uma regulamentação para eventuais situações futuras.

É hora das cláusulas de change in law. Há de se dar, agora, atenção redobrada à redação desses dispositivos durante a negociação dos novos contratos. E para os contratos que já estiverem a todo vapor, que se examinem imediatamente as cláusulas que possam disciplinar, de alguma maneira, os impactos que seguramente virão a ser causados pelo novo panorama tributário. Agir ativamente, neste momento, parece ser medida de prudência, a fim de evitar que os eventos que se avizinham gerem descompassos ou, pior, impasses insanáveis entre as partes.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 26 de Fevereiro – Dia do comediante

Fazer rir não é brincadeira. É preciso talento para que predominem a comicidade, o sorriso e a alegria. E neste dia 26 é mais uma data feliz no calendário dos profissionais do riso: o Dia do Comediante.

Comediante é a pessoa que faz uso do humor nas artes cênicas, podendo participar de espetáculos, filmes, seriados e mais. Comédia é a categoria que define tudo o que é engraçado e que faz o seu público rir. Segundo os artistas, para atuar como comediante a pessoa deve ter um ritmo, conhecido como timing, que identifica qual o melhor momento para fazer alguma coisa engraçada.



O humor talvez seja uma das características mais fortes dos brasileiros, embora vivam atravessando grandes dificuldades, tanto financeiras quanto àquelas relacionadas à falta de segurança e de educação de qualidade. A profissão de comediante (não de humorista, há diferenças – leia mais a seguir) vem da Grécia Antiga, onde surgiram os teatros de tragédias e comédias, feitos com máscaras. Com o passar dos anos, a carreira começou a ser mais aceita nos teatros e televisão, surgindo aí o humorista (um pouco mais formal) e o famoso stand-up comedy, um sucesso nos teatros.

Em 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei, sugerida pelo deputado José Airton Cirilo (PT-CE), que institui o dia 12 de abril como o Dia do Humorista. A data, não por acaso, marca também o aniversário de Chico Anysio, que deixou saudades com seus marcantes personagens na TV.

Origem

O nascimento da comédia vem da Grécia Antiga, onde eram feitas, periodicamente, encenações com cânticos, que deram origem ao teatro grego e aos seus dois modelos de narrativa: a tragédia e a comédia. A comédia, veio da palavra “komoidia”, que é a junção de duas palavras: “komos” (profissão jocosa, engraçada) e “oidé”: canto. Ou seja, comédia, nada mais é do que um “canto engraçado”.

Oscarito e Grande Otelo

Um dos comediantes mais lembrados do Brasil é Oscarito, que fez sucesso nos filmes conhecidos como de “chanchada”. Embora o ator não tenha nascido em terras brasileiras, tornou-se em bem pouco tempo um ícone do humor em nosso país. Assim como muitos humoristas, ele obteve maior êxito atuando em dupla, especialmente ao lado do ator e comediante, o mineiro Grande Otelo (nascido em Uberlândia), nas chanchadas produzidas na década de 1930.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA

26.02.2024

PÁGINA Nº

29 de 29

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Seu grande sucesso como humorista veio exatamente em razão das chanchadas que eram produzidas pela Atlântida. O gênero foi uma sensação em todo o Brasil durante muitos anos, com grandes produções artísticas e musicais.

Ao contrário dos humoristas atuais, o jeito de Oscarito de fazer rir era bastante ingênuo, por isso ele passou a ser comparado a Charles Chaplin e Cantinflas, nomes que inspiraram muitos outros humoristas ao redor do mundo, o primeiro com o cinema mudo e o segundo com as comédias mexicanas.